



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ata Nº 17/2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Vinte e um de abril de dois mil e dezasseis

-----Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezasseis reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, na casa do povo da Tabua, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presentes Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária e Catarina Jesus Silva Almeida, como segunda secretária. -----

-----Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Fábio Nelson Faria Santos e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade.-

----- O deputado Libardo Juan Sousa Pereira do PS faltou à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João Batista Pereira Silva (Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higinio Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, o senhor vereador Rui Ramos Gouveia, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Alano Aires Santos Gonçalves, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa.-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- Ponto dois - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Entrega, Remoção e Recolha de Veículos na via pública ou estacionamento indevido e abusivamente no Concelho da RB, ao abrigo do artigo 25, n.º1, alínea g) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

Ata Nº 17 de 21 de abril de 2016

1

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

- Ponto três - Discussão e votação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal - 2016, em conformidade com o disposto no artigo 25.º 1, alínea o) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- Ponto quatro - Apreciação do Relatório de Saneamento Financeiro Municipal – 2º semestre de 2015, nos termos do disposto no artigo 86.º da Lei 73/2013, 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 7 do artigo 40.º da Lei 2/2007, 15 janeiro.-----
- Ponto cinco - Discussão e votação da Prestação de Contas referente a 2015, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea l) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- Ponto seis - Discussão e votação da Informação Financeira – Resultados Líquidos do Exercício de 2015.-----
- Ponto sete - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento – Despesa e Receita, em conformidade do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- Ponto oito - Discussão e votação da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, em conformidade do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----
- Ponto nove - Discussão e votação do Plano de Barracas para o arraial de São Pedro – 2016.-----
- Ponto dez - Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Parque de Campismo na Ribeira Brava”.-----
- Ponto onze - Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Publicitação todos os contratos celebrados na sequência de ajuste direto”.-----
- Ponto doze - Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Contratação de um assistente administrativo para desempenhar funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).-----
- Ponto treze - Apresentação, discussão e votação de “Estratégia para o Desenvolvimento das Zonas Altas do Concelho de Ribeira Brava, para mudar a sério, mudar à brava”.-----
- Ponto catorze - Apresentação e discussão do Projeto e Estratégia de Desenvolvimento “Brava Valley”-----
- Procedeu-se à discussão da ata número dezasseis de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezasseis.-----
- O deputado Marco Martins do CDS, disse que a transcrição da ata não demonstra haver um tratamento equitativo e que já alertou a mesa diversas vezes sobre as declarações escritas não estarem em conformidade. Relativamente a última ata, no último ponto, disse que as suas declarações se resumem a apenas uma declaração, tendo intervindo várias vezes e que esta situação não está devidamente transcrita na ata. -----
- O deputado João Gomes do PS sugeriu alteração do parágrafo segundo da página numero sete, com a seguinte correção: «então cada freguesia tem de planear mais atividades».-----
- O deputado Marco Martins do CDS disse que uma das funções da mesa eleita é fazer ata e que a mesma



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

deverá ser feita de forma imparcial e cuidada em relação a todos. Acrescentou que existe um sistema áudio para ajudar na transcrição da ata e que não deverá entregar as suas declarações em papel, uma vez que existe este sistema. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou o deputado Marco Martins sobre a leitura do artigo trinta e nove do regimento.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que tem enviado por escrito todas as suas declarações para que conste na ata, de forma a ajudar na sua elaboração e daí parecer que tenha mais transcrições que os restantes elementos da assembleia.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda que tudo aquilo que é enviado para que conste na ata, é transcrito na íntegra.-----

---- Colocada à votação, a ata, com a alteração, foi aprovada por maioria, com cinco votos contra do CDS. -----

---- O deputado Telmo Freitas, do CDS não votou, por não se encontrar presente na sala. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia, em resposta à notícia publicada no Diário de Notícias da Madeira, do dia vinte e um de abril de dois mil e dezasseis, leu o seguinte: «Em resposta às declarações do Senhor Vereador Rafael Sousa, transcritas hoje pelo diário de notícias, na página dezoito do mesmo, a Mesa refere que as mesmas são, falsas, injustas e injuriosas ao bom nome e a idoneidade que esta Mesa sempre se norteou. Falsas porque a Mesa nunca recusou receber as declarações escritas para transcrever na Ata, quer de qualquer grupo, quer de qualquer deputado, para que desta forma as mesmas sejam transcritas na totalidade, mas desta vez o CDS-PP optou por não o fazer. Falsas porque todas as correções sugeridas têm sido acatadas pela Mesa e nunca, segundo as palavras do referido autarca «deliberadamente omitir em parte ou na totalidade as declarações e intervenções e interpelações dos parlamentares», «sonogado deliberadamente as intervenções dos deputados»; e «não foram transcritas na íntegra, ou seja, propositadamente omitidas». Injustas porque esta Mesa tem feito um trabalho hercúleo no registo das declarações da Ata, passamos de quatro páginas de Ata, no anterior executivo, para cerca de vinte neste mandato, com apenas três pontos, merecendo um pouco mais de respeito e apreço pelo grande esforço que tem sido feito pelos secretários e presidente da mesa. Lembramos, e segundo o artigo trinta e nove, que a Ata é um «resumo do que de essencial nela se tiver passado»...e não um registo total. Atenta também contra o bom nome das pessoas que compõem esta mesa, porque pautam as suas vidas, nomeadamente a política, por valores responsáveis, respeitando todos os membros desta assembleia por igual, respeitando o seu regimento, cumprindo e fazendo cumprir o mesmo e a ordem da sala, ao contrário do senhor vereador que não raras vezes tem ultrapassado os seus limites perturbando o normal funcionamento das sessões. Por isso, a Mesa considera as ditas afirmações como infelizes e desprezíveis, que visam apenas o



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

protagonismo político, o qual esta mesa não o dará, pois foi eleita para servir todos os deputados, quer os que nos elegeram, quer os que não o fizeram, logo o assunto morrerá à nascença».

---- No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia informou que recebeu correspondência diversa, sendo a de maior relevância o pedido proveniente da Assembleia Municipal de Machico, se gostaríamos de ser sócios da Associação Nacional de Assembleias, que será criada na próxima semana em Mirandela. Não sendo um assunto sujeita à aprovação da assembleia, informou que não tomou nenhuma decisão sobre este assunto, querendo que esta assembleia se pronunciasse sobre o mesmo. Esta participação carece do pagamento de uma quota, sem valor definido ainda, e que será paga pela Câmara Municipal.

---- O deputado independente Luís Drumond interpelou a mesa dizendo que a Câmara irá pagar esta quota mas associada à rubrica da assembleia, e que considera ser oportuno esta participação na referida associação.

---- O Senhor Presidente do Município esclareceu que poderá ser necessário fazer uma revisão orçamental à rubrica da assembleia, de forma a estar contemplado o pagamento da quota.

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que concorda com o deputado independente Luís Drumond mas que é necessário ter em conta o custo da deslocação.

---- O Senhor Presidente da Assembleia disse que não poderá estar presente nesse dia mas que o Dr. Bosco da Assembleia Municipal de Machico levará uma procuração em nome da Assembleia da Ribeira Brava.

----- O deputado Marco Almas do PTP apresentou a proposta de recomendação para recuperação do campo municipal e do pavilhão gimnodesportivo Luís Mendes, com o seguinte conteúdo: «O campo de futebol municipal da Ribeira Brava e o pavilhão Luís Mendes apresentam a vários anos situações de degradação que só com muito esforço é possível praticar desporto naqueles recintos. Há uma informação que técnicos do extinto IDRAM enviaram um relatório a várias entidades entre elas, a Câmara Municipal da Ribeira Brava, onde alertavam para as más condições do pavilhão e até situações que poderiam provocar perigo iminente para os praticantes de desporto e visitantes. Como se pode constar desde as paredes, aos tetos, aos ferros, e a própria varanda do pavilhão apresentam uma degradação iminente. A recuperação do campo de futebol tem sido adiada a vários anos, está numa situação que não suporta mais indefinições, desde os muros de suporte, vedações, bancadas, recinto do jogo e envolvente necessitam urgentemente de obras de recuperação. Considerando o acimo exposto, a Assembleia Municipal da Ribeira Brava recomenda a Câmara Municipal da Ribeira Brava que tome as devidas medidas a fim de desenvolver mecanismos que permitam a mais urgente recuperação destes dois recintos desportivos, de forma a garantir a segurança e o normal funcionamento dos mesmos.»



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- O deputado Marco Almas disse que esta proposta vem no sentido de a câmara interceder junto de quem é responsável, para a recuperação do pavilhão que atualmente representa um perigo, onde as paredes e o chão estão em muito mau estado, as varandas tem um espaçamento muito grande, entre outros aspetos, é necessário uma intervenção total quer ao nível das paredes quer a nível da cobertura. Esta proposta engloba também a recuperação do campo de futebol porque o clube e a escola estão a perder um espaço para educação física e cada vez mais atletas, trata-se de uma situação urgente. Já que está decidido onde será construída a nova escola, disse que é necessário tomar medidas para o campo e para o pavilhão e que está em causa o futuro da Ribeira Brava, e será necessário falar antes de as coisas acontecerem, embora já esteja decidido o local da escola. A Ribeira Brava tem atualmente uma situação grave a nível de infraestruturas desportivas, nomeadamente o caso do centro desportivo que a população paga mas não está a usufruir. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que reconhece que o pavilhão está muito degradado e ressaltou que o PSD já abordou o senhor secretário desta tutela sobre esta situação e solicitou que o senhor presidente do Município se pronunciasse sobre a reparação deste espaço.-----

---- O Senhor Presidente do Município referiu que tem sido uma preocupação a situação do pavilhão gimnodesportivo e que já tinha alertado os respetivos serviços responsáveis por diversas vezes. Informou ainda o pavilhão conta já com vinte e sete anos de existência e que pela sua idade necessita de intervenção urgente. Estes dias verificou-se que existem duas paredes que estão soltas e que perante uma peritagem do LREC, a nível interno vão tentar colocar as paredes em segurança para a prática desportiva e na parte exterior, existem várias fissuras, nomeadamente a parte de trás e a que confronta com o campo de futebol, existem várias fissuras, estando já a zona interdita. Irá ser efetuada a intervenção nesta situação aquando da interrupção letiva, prevê-se para Junho. Atualmente existem alguns professores que já estão a utilizar as piscinas como alternativa e há intenção de também utilizar o centro desportivo para colmatar esta situação. Em relação ao campo municipal, disse que é também uma situação urgente e de necessidade, e que existe a possibilidade de o clube se candidatar a um programa da federação portuguesa de futebol, que comparticipa a despesa do sintético em noventa e cinco por cento, caso não seja aprovado vamos analisar como poderemos angariar fundos.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que iria intervir no contexto dos dois votos do PTP e do PS, dado que o PS também fez chegar a mesa uma proposta com o mesmo sentido, disse que há males que vem por bem mas que só vem por bem se a câmara tiver uma visão estratégica e não tratar apenas um remendo. Disse também que existiu durante muito tempo essa oportunidade, com a construção da escola no atual campo e dessa forma ficava toda a infraestrutura requalificada, desde pavilhão, escola e campo, e acrescentou que ambos os votos, tanto do PS, como do PTP, são merecedores da sua concordância. Disse também que para a construção da escola há financiamento da União Europeia, e uma escola é dotada de diversas instalações como



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

as desportivas, então mais uma forma de aproveitar o financiamento europeu para a requalificação do pavilhão. Disse ainda que esta câmara o que tem feito é remendar, nomeadamente com a implementação do corredor de segurança no novo projeto da escola no atual espaço. Colocou o seguinte repto a todos os partidos: vamos hoje, agora, fazer uma proposta de referendo de localização da escola e dar voz ao povo. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS disse que é uma situação antiga e que agora veio ao de cima por causa do que sucedeu, é um assunto importante mas tem de concordar com o que disse o deputado independente Luís Drumond, onde na construção da escola de raiz deverá ser contemplada com estas infraestruturas, para que os alunos não se tenham de deslocar para outro espaço. Acrescentou ainda que alterar a localização da escola é uma guerra que não é sua, o que importa é construir a escola de forma a não prejudicar os alunos.-----

----- O deputado independente Domingos Andrade disse que concorda com o que disse o deputado independente Luís Drumond e com as propostas do PTP e do PS. Acrescentou que para além do pavilhão, existem outras situações, tais como escola secundária em más condições e má localização, campo futebol em péssimo estado, pavilhão em risco de ruir, centro desportivo sem acessibilidade aos ribeirabravenses, o clube, os bombeiros. Questiona para quando uma resposta estratégica para todas estas situações. -----

----- Colocada à votação, a proposta de recomendação do PTP, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que votou favoravelmente por se tratar de uma temática urgente e importante e que a própria bancada do PSD já abordou este ano o senhor Secretário responsável sobre esta situação. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração e voto, disse que contra factos não há argumentos e que é necessário resolver o problema, não só o da escola como o do campo, esperando que se faça o melhor para a Ribeira Brava, todos têm de fazer o esforço. Disse ainda que a política é para servir as pessoas e não há melhor forma de servir as pessoas do que estar na política, porque é quem tem o poder decisivo, vamos sempre decidir, sempre a pensar no melhor para os outros. -----

-----O deputado João Gomes do PS apresentou a «Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a construção de um novo pavilhão gimnodesportivo» com o seguinte conteúdo: «O grupo parlamentar do partido socialista vem por este meio solicitar a Câmara Municipal da Ribeira Brava que pressione junto do Governo Regional da Madeira, para a construção de um novo pavilhão gimnodesportivo, no lugar do já existente, atendendo aos seguintes factos: Neste momento o pavilhão existente mostra sinais de rutura total, tendo-se interditado toda a atividade desportiva no referido recinto, inclusive foi colocada a proibição de estacionamento nos seus arredores; o grupo parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que é necessário a construção de um novo pavilhão gimnodesportivo, com condições de segurança para a prática desportiva



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

escolar, para todos os utentes e público em geral (alunos, pais, professores, munícipes e até residentes de outros concelhos), que queiram assistir a qualquer evento, pois é nossa visão que esta obra feita de raiz como deve ser, será uma mais-valia para todos. Atendendo a que este concelho necessita de uma infraestrutura para as suas práticas desportivas (escolares, lúdicas e mesmo federativas) em perfeitas condições de segurança; Tendo em conta que este pavilhão já se encontra anexado à nova escola, como é do conhecimento público; Sabendo que remendar o citado edifício, só irá adiar uma fatalidade de incalculável dimensão; Perante tudo aquilo que é referido, PROPOMOS UMA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA Municipal DA RIBEIRA BRAVA PARA QUE INTERCEDA JUNTO DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO.»-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se no novo projeto da nova escola está contemplado algum espaço que dê para a prática de educação física para as turmas todas. -----

-----O deputado João Gomes do PS respondeu que o ginásio poderá albergar uma ou duas turmas no máximo e que todos têm conhecimento que o pavilhão seria um anexo.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS referiu que esta proposta de recomendação vem ao encontro da proposta do PTP, e que cabe aos técnicos, às instituições, ao governo regional e a Câmara decidir se é melhor fazer um pavilhão de raiz ou se é melhor recuperar o antigo.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que devemos deixar os técnicos estudar o caso e decidir se é necessário fazer o pavilhão de raiz ou repará-lo.-----

-----O deputado independente Luís Drumond pediu esclarecimento questionando «caros colegas desta assembleia, querem continuar a remendar a Ribeira brava?» Disse que este é o último instrumento para fazer valer a posição por duas vezes expressa por esta Assembleia Municipal, devolvendo em última instância a voz e a decisão ao povo do concelho de Ribeira Brava – localização no mesmo local ou no campo de futebol. Se um terço dos deputados quiser, poderemos ainda agendar uma sessão para votar uma proposta de referendo local à localização da escola; ou se houver um acordo com a maioria dos deputados desta Assembleia; discutir e votar a proposta de referendo local ao abrigo da alínea g) nº 1, art. 2º da AMRB ou alínea e) do nº 2 do artigo 24º da subsecção I da seção II da lei 75/2013 de 12 de Setembro. O propósito é despartidarizar esta questão estrutural e fundamental para o nosso concelho, deixando à consideração do TRIBUNAL CONSTITUCIONAL e devolvendo a decisão ao povo da RIBEIRA BRAVA, para que ele decida a melhor solução para a EBSPMA e para o futuro do Concelho de Ribeira Brava.» Neste sentido, o deputado independente Luís Drumond solicitou um pedido de interrupção da sessão por dez minutos para reunir com os partidos da oposição, para propor a subscrição de um pedido de agendamento ordinário ou extraordinário (B) DO Nº 1 DO ARTIGO 9º DO REGIMENTO) para votar o referendo Local.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado João Gomes do PS respondeu que atendendo as más condições do pavilhão, o que se propõe é que seria mais vantajoso fazer um pavilhão novo do que andar sempre a remendar o velho.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS referiu que apoia a subscrição da proposta de referendo, sugerida pelo deputado Luís Drumond, para a localização da escola, pondo nas mãos dos cidadãos essa decisão.-----

-----O deputado Independente Domingos Andrade interveio dizendo que todas as outras duas ou três propostas estão ligadas a esta e é a oportunidade de solução, não de um, mas de três soluções para o futuro da Ribeira Brava, pavilhão, escola e campo.-----

----- A sessão foi interrompida por dez minutos e foi retomada a ordem de trabalhos pelas 16h20.-----

----- Colocada a votação a proposta de Proposta de recomendação à Camara Municipal da Ribeira Brava para a construção de um novo pavilhão gimnodesportivo foi aprovada por maioria, com 12 abstenções do PSD.-----

-----O deputado João Gomes do PS, em declaração de voto, congratulou-se pelo facto de todos terem visto que esta é a melhor solução e agradeceu a todos os que mudaram de opinião.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, referiu que «o CDS votou a favor, esta proposta que vai ao encontro daquilo que eu mencionei na intervenção, quer seja recomendação a fim de fazerem uma reparação, mas uma reparação duradora, ou obra feita de raiz, qualquer uma das duas que seja um mecanismo, que permita garantir a segurança e normal funcionamento do edifício. Sobre a situação da escola nós já falamos, já tivemos um espaço para isso, já foi debatido com esta assembleia, há houve recomendação votada por unanimidade nesta assembleia para o governo regional, acho que a assembleia já fez muito, continuará com certeza a fazer e aguardar os próximos desenvolvimentos a fim de vermos o que mais possamos fazer».-----

-----O deputado José Gilberto do PSD, em declaração de voto, referiu que “o que e necessário é que seja avaliado se é necessário fazer novo ou reparado».-----

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que «eu votei a favor porque como não estudei mais não tenho sabedoria para decidir, ainda bem que foi aprovada pois a recuperação ou a construção de raiz caberá decidir a quem compete».-----

----- O deputado Marco Martins do CDS apresentou a proposta de recomendação com o seguinte conteúdo: «Relatório de avaliação de 2015 ao abrigo do Estatuto do Direito à Oposição. Atento ao disposto no estatuto da Oposição que assiste aos titulares do direito de oposição o direito da informação (artigo 4º), o direito de consulta prévio (artigo 5º), o direito de participação (artigos 6º e 7º), o direito de depor (artigo 8º) e o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito por este diploma legal (artigo 10º, nº 1 e 2). Em conformidade com a alínea u) do nº1 do artigo 35º do anexo 1 a Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece a competência do Presidente da Câmara Municipal para a promoção do cumprimento do Estatuto



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

do Direito de Oposição. O CDS-PP vem, por este meio, recomendar a V^a Ex^a a apresentação do Relatório de Avaliação de 2015 ao abrigo do Estatuto do Direito à Oposição, sobre as atividades que, ano de 2015, que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição onde deverá constar: o direito a informação, o direito de consulta prévia, o direito de participação, o direito de depor e o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação.» -----

----O deputado Marco Martins do CDS disse que este relatório já deveria ter sido feito e questionou qual o motivo para o qual ainda não foi feito.-----

----O Senhor Presidente do Município esclareceu que a redação deste relatório decorre da lei e que desde dois mil e onze tem sido realizado, no entanto a única questão pelo relatório de dois mil e quinze não ter sido elaborado, tem a ver com a falta de pessoal na Câmara. Acrescentou que ainda assim, nunca foi vedada qualquer intervenção e opinião à oposição, não se trata de nenhum desrespeito para com a oposição, mas apenas com a falta de pessoal técnico e com as questões financeiras atuais. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS interveio dizendo que numa organização existem pessoas a quem devem ser dadas funções e se até agora este relatório foi feito, não vê motivo para agora não ser possível, é uma questão de organização e este relatório é um veículo da oposição para poder saber o que foi feito. Alertou para a realização do relatório de forma atempada. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que compete ao Presidente da Câmara a organização do serviço camarário, os funcionários da câmara estão sobrecarregados com trabalhos, são muitos projetos, pareceres e documentos que tem de ser tratados diariamente, e é errado dizer que não existe oposição, temos o claro exemplo das reuniões das assembleias municipais que antes eram apenas dez minutos e agora são demoradas, como se tem presenciado, que demonstra que existe uma oposição na Ribeira Brava.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou em que consiste o relatório. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que a elaboração do relatório decorre da lei e é um direito da oposição em aceder a informação do município, o que é feito, é uma forma de avisar previamente sobre o que está a ser feito, sem sabermos primeiro através da comunicação.-----

---- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria com a abstenção do PSD e do PS.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou o seu voto favorável embora tenha em conta as dificuldades atuais que existem para a elaboração do relatório, considera que quanto mais informação existe, maior a participação dos munícipes e é um relatório que apenas se faz uma vez por ano.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, agradece o sentido de voto e sugeriu ao Presidente do Município a elaboração deste relatório por parte de um vereador.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O Senhor Presidente da Assembleia sugeriu a unificação do voto de congratulação apresentado pelo grupo do PSD e pelos independentes, à menina Júlia Ochoa.-----

----- A deputada Catarina Almeida procedeu a leitura sobre o voto de congratulação, proposto pelo PSD, com o seguinte texto: «Os membros do partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava propõem um voto de congratulação a Júlia Ochoa, natural da freguesia do Campanário, vencedora da categoria Infantil do festival da Canção Infanto-Juvenil da Madeira 2016, pelo tema «Como é bom sonhar», com letra de Adriana Faria e música de Márcio Faria. Este voto representa também o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelas escolas do primeiro Ciclo do Município, no que concerne à vertente musical.»-----

----- A deputada Catarina Almeida procedeu a leitura sobre o voto de congratulação, proposto pelos deputados independentes, com o seguinte texto: Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, propõem à Assembleia Municipal de Ribeira Brava, congratular-se com a nossa conterrânea Júlia Ochoa, natural e residente na freguesia de Campanário, a qual foi a vencedora Regional da final do Festival Infantil da Canção da Madeira de 2016. Perante o feito meritório e demonstrativo das qualidades dos nossos concidadãos, e particularmente da Júlia Ochoa, manifestamos o nosso voto de congratulação.»-----

----- Este voto de congratulação foi feito em conjunto. -----

----- Colocada a votação, a proposta de congratulação foi aprovada por unanimidade.-----

----- A deputada Catarina Almeida procedeu a leitura do voto de louvor, proposto pelo grupo do PSD, com o seguinte conteúdo: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) propõem um voto de louvor a todos os diretores (aposentados) de escolas do concelho da Ribeira Brava, pela dedicação e empenho que tiveram em prol da educação e cultura do concelho, ao longo das suas carreiras, numa época que foi de grandes dificuldades, principalmente a nível dos acessos, cuja persistência permitiu desbravar «novos caminhos», fazendo com que o ensino e a cultura chegassem a todos os municípios.» -----

----- O Deputado Gilberto Andrade do PSD disse que este voto vem no sentido de reconhecer os que muito trabalharam em prol da educação no concelho da Ribeira Brava, e que caso esta voto seja aprovado, sugerimos que estas pessoas sejam reconhecidas por este papel no concelho, nomeadamente no dia seis de Maio, na sessão solene.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou se o voto é só para os diretores ou também aos professores.--

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD respondeu que o voto é para os ex-diretores das escolas a tempo inteiro e da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares.-----

----- O deputado João Gomes do PS, questionou se este voto também se estende a todos no geral, considera que



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

todos aqueles que nos momentos difíceis continuaram a exercer as suas funções em prol de todo o ensino no concelho, deveriam ser congratulados, quer seja os professores, funcionários e os próprios alunos. -----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que existe um aproveitamento político ao apresentar esta proposta, face a outros assuntos que são mais importantes para discutir. Disse que não concorda com este voto aos diretores, uma vez que é a função destas pessoas desempenhar esse papel. -----

---- Colocada à votação, o voto de louvor foi aprovado por maioria com os votos contra do CDS, PS e dos dois deputados independentes, e uma abstenção do PTP.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou a sua abstenção dado que não foi acatada a sua recomendação de englobar todas as outras pessoas.-----

---- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que votou contra porque a escola não é só gerida pelos diretores mas sim e também pelos funcionários, docentes, alunos e pais.-----

---- O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, disse que sabe reconhecer o trabalho de todos os professores, no entanto este voto apenas vem reconhecer estas pessoas que eram quem dirigiam estas instituições nestes momentos difíceis, e que nessa altura o papel do diretor era muito importante, comparado com a atualidade -----

---- A deputada Adelina Rodrigues do CDS interpelou a mesa sobre o prolongamento do período de antes da ordem do dia.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse que como em todas as reuniões anteriores foi sempre respeitado os votos apresentados na mesa, que esta foi uma situação nova (várias propostas escritas neste período) pelo que esta reunião não será diferente e que cabe ao presidente da mesa, deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do Regimento (artigo 5º, alínea b). -----

---- A deputada Catarina Almeida procedeu a leitura do voto de pesar proposto pelo PSD, com o seguinte texto: «Os membros do Partido Social Democrata (PSD) da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, manifestam a sua mais profunda emoção e consternação pelo falecimento no passado dia vinte e dois de março de dois mil e dezasseis, do funcionário Senhor José dos Reis Rodrigues Martins, com sessenta e quatro anos, funcionário exemplar da Câmara Municipal há vinte anos, incansável na defesa do exercício das suas funções de assistente operacional, que sempre fez com dedicação e empenho ao serviço do Município.-----

---- Colocado a votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

---- O deputado João Abreu do PS apresentou o voto de protesto pela Isenção das taxas compensatórias atribuída à empresa ACIN Iclouds Solutions, com o seguinte conteúdo: «As taxas compensatórias não são um



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

imposto, mas uma compensação que a Câmara Municipal cobra para construir as infraestruturas não realizadas na execução do investimento. No caso em questão, existiu um perdão de um valor superior a duzentos e cinquenta mil euros (250 000€), montante esse que permitiria acudir a problemas de gestão e de planeamento de investimentos, visto que a nossa Câmara Municipal, como quase todas, tem uma falta de liquidez permanente. O grupo parlamentar do Partido Socialista não pode pactuar com este perdão, quando a Câmara Municipal faz uma cobrança de taxas a todos os seus munícipes, como é o caso da atribuição dos números de porta (que para nós é ilegal!). Alertamos que esta isenção criará uma ideia errada a todos os investidores e promotores de obras no Concelho, que estas taxas não são para cobrar e que a Câmara estará sempre disponível para a sua isenção, prejudicando assim os munícipes e a capacidade de atuação desta Câmara. Neste contexto, PROPOMOS UM VOTO DE PROTESTO PELA DECISÃO DE ISENÇÃO DAS TAXAS COMPENSATÓRIAS ATRIBUÍDA À EMPRESA ACIN CLOUDS SOLUTIONS.»-----

----- O deputado João Gomes do PS disse que esta isenção cria precedentes e questiona o senhor presidente do município qual o critério tido em conta para tal e no futuro, caso existam outras empresas que solicitem estas isenções, se as mesmas também irão beneficiar.-----

----- O senhor Presidente do Município referiu que o critério tido em conta já foi apresentado noutra reunião e que a taxa que foi isenta foi conforme o regulamento de taxas camarárias, para o qual foi solicitado parecer prévio. O regulamento permite isentar taxas para os projetos que sejam uma mais valia para o concelho, para este caso em concreto, existiram duas situações que foram tidas em conta, nomeadamente ter um edifício que antes era uma má imagem para o concelho e que já há muitos anos estava parado, e outra foi a dinâmica de postos de trabalho que viria a ser criada com este projeto. Acrescentou que o projeto em causa trouxe investimento para o concelho quer a nível de IMI, quer a nível de IRS dos trabalhadores. Aquele edifício colocou a Ribeira Brava na boca do mundo, e caso apareça outros projetos que também o façam, também serão tidos em conta, relembra que um dos compromissos assumidos na sua candidatura é trazer investimento para o concelho, a título de exemplo não é aplicada a taxa da derrama no concelho.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS solicitou esclarecimento ao executivo camarário sobre a quem pediu parecer e sobre quê, e atendendo a que a câmara está mediante plano de ajustamento financeiro, se esta isenção de taxas não colide como esse plano e se essas taxas não têm de ser aprovadas em assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que perante o pedido solicitado por parte da empresa, o serviço jurídico da câmara deu parecer bem como o auditor de contas. Embora a câmara esteja perante um saneamento financeiro, as receitas executadas estão acima das previstas, e que existem taxas que a câmara poderá isentar e que está previsto na lei.-----

----- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que a estratégia de incentivo a fixação de



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

empresas na Ribeira Brava continua a ser zero, e que o investimento em causa, não há dúvida, que é muito bom para o concelho, quer pelo investimento, quer pela dinâmica dos postos de trabalho. Disse ainda que as ações de incentivo vão aparecendo aos poucos e pontualmente, e que não existe um pacote de medidas para incentivo para a fixação das empresas, mas sim é feito «a gosto do freguês».

---- O deputado Marco Almas do PTP, questionou qual o valor isentado, se as receitas estão acima significa que agora a autarquia vai rejeitar receita e se uma habitação construída de raiz também não representa uma mais valia.

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a isenção de taxas é feita de forma extraordinária e que já foram mencionadas quais as razões para a prática das mesmas. Acrescentou que obviamente a habitação também é uma mais-valia e o problema das habitações é que a maior parte das taxas pagas são com os projetos e especialidades. Disse ainda que todas as pessoas que apresentem projetos válidos para o concelho serão tidos em conta, seja com situação de isenções iguais ou diferentes, e que o dinamismo faz-se com gente e o facto de termos isentados taxas à ACIN é também um espelho para quem quer investir no concelho. Qualquer empresa que queira trazer projetos válidos terá o apoio da câmara.

---- O deputado Marco Almas do PTP reformulou a questão sobre qual o valor isentado.

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que o valor isentado é de aproximadamente duzentos mil euros, tendo em conta a isenção dada na primeira parte.

---- O deputado Marco Almas do PTP disse que não está contra o investimento no concelho.

---- O deputado João Gomes do PS disse que não está a contra a empresa em questão, a ACIN, e que independentemente da empresa, o PRIM apenas prevê isenção de impostos e não de taxas. E questionou o senhor presidente o que é uma mais-valia para o concelho e se a estratégia que está a ter de incentivo não é senão incentivar uma ilegalidade.

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que sobre este assunto já foi muito claro sobre o motivo da isenção das taxas.

---- O deputado Fábio Santos do PS questionou se a referida empresa não pode requerer a isenção do IMI diretamente ao Governo Regional e se aí não poderá ser isenta.

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que quem pode decidir sobre a isenção do IMI é a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, para além do Governo da República que tratou da isenção automática de algumas famílias, consoante o rendimento e o valor patrimonial. Sendo essa isenção de IMI aprovada, é uma questão que afeta todos em geral e será devidamente reclamada caso se justifique.

---- O deputado independente Domingos Andrade disse que não é nada contra o prédio e a empresa mas que



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

a isenção das taxas deverá ter em conta a proporção do investimento e com discriminação positiva, de forma a poder chegar a todos. -----

----- Colocada a votação, o voto de protesto foi reprovado com os votos contra de PSD e abstenções do CDS e do PTP.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, referiu que a democracia deve funcionar quando se está de um lado ou de outro, e que os devidos eleitos na autarquia cabe o poder de decisão sobre a quem atribuir as isenções de taxas, e que o CDS já se manifestou sobre esta situação anteriormente, independentemente das situações pessoais é de dar o mérito a um empresa que não é só regional, mas internacional, que está sediada no nosso concelho. É tão importante quem tem uma casa como quem tem uma empresa, mas é preciso analisar na sua proporção.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que nunca foi contra o investimento de quem quer que fosse, o mérito temos de dar a quem o tem. Considera que as isenções não deveriam ser a cem por cento e que os postos de trabalho serão sempre criados porque nenhuma empresa faz nada sozinha.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, disse que o sentido de voto é para apoiar não só esta empresa mas como todos os empresários que queiram investir no concelho, porque só haverá trabalho se houver investimento e este por sua vez haverá muito mais se o município apoiar. -----

----- O deputado João Gomes do PS, em declaração de voto, referiu que este é um precedente aberto e espera que no futuro não traga mais repercussões, é pena que se esteja a votar em «perdões» quando a câmara necessita de verbas. -----

----- A deputada Catarina Almeida procedeu a leitura sobre o voto de congratulação, proposto pelos deputados independentes, com o seguinte texto: «Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, propõem à Assembleia Municipal de Ribeira Brava, congratular-se com o último prémio ganho pelo nosso conceterrâneo Filipe Abreu, natural do Campanário, o qual foi o vencedor da final do grande prémio de Música Lions, ganhando assim, o direito de representar Portugal na final internacional do concurso Europeu de Música Lions – Prémio Thomas Kuti, que se realizará no próximo mês de Outubro na Bulgária. Perante o feito meritório e demonstrativo das qualidades dos nossos concidadãos, e particularmente do Filipe Abreu, que tem obtido várias prestações de destaque e mérito, no contexto nacional e agora internacional, manifestamos o nosso voto de congratulação.»-----

----- Colocada a votação, a proposta de congratulação foi aprovada por unanimidade.-----

----- Os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram o Voto de protesto às posturas relativas ao processo de aprovação extraordinária do PDM da Ribeira Brava, com o seguinte conteúdo:



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

«Os deputados independentes na AMRB, apresentam o voto de protesto da Assembleia Municipal de Ribeira Brava relativo às posturas e processo de aprovação em reunião extraordinária do PDM da Ribeira Brava, passado que são cerca de oito meses, e após ter sido revelado em concreto documentos que atestam posturas e processos infundados e de intromissão privada na vida política democrática no concelho de Ribeira Brava. Foi notório e público, documentado em vários órgãos de comunicação social da RA Madeira, e em instâncias políticas-administrativas concelhias (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) no “verão quente de dois mil e quinze”, tendo passado para a opinião pública que a Assembleia Municipal, que através do seu presidente e do representante para a comissão de revisão do PDM, respetivamente Luís Drumond (posteriormente único visado) e Domingos Andrade, com as suas posturas políticas, estavam a por em causa a “desejável” célere REVISÃO DO PDM de RIBEIRA BRAVA, sendo desencadeada em várias frentes uma forte campanha do destacado empresário da Ribeira Brava relativamente a um investimento tão significativo como a construção da nova sede da ACIN, considerando que: a) O atraso na aprovação do PDM de Ribeira Brava (estimado para o final de 2015, contemplando a integração de mais alguns ajustamentos de melhoria propostos pela Assembleia Municipal), INVIABILIZAVA O LICENCIAMENTO ATEMPADO DESTE PROJETO (à data, julho de 2015, já em execução); b) O atraso na aprovação do dito PDM, implicaria uma PARAGEM DA CONSTRUÇÃO da nova sede da ACIN com consequências desastrosas no investimento; c) O atraso na aprovação do PDM, implicava UMA PERDA DE APOIOS COMUNITÁRIOS de valores avultadíssimos e obviamente lesivos do investimento a realizar; Apesar das propostas de alteração preconizadas pela Assembleia Municipal de Ribeira Brava, em nenhum caso ter qualquer implicação no projeto da nova sede da ACIN, a pressão do destacado empresário junto dos decisores políticos, mesmo os ditos da “oposição” (PS e CDS/PP), resultou na tomada de uma posição política de força concretizada a 31 de julho de 2015 com a Câmara Municipal por unanimidade a forçar a Assembleia Municipal de Ribeira Brava a discutir politicamente em sessão extraordinária realizada a 20 Agosto de 2015, onde o PDM FOI APROVADO (pelo restante do PSD, PS e CDS-PP), NA VERSÃO DESEJADA E NO TEMPO DESEJADO PELO EMPRESÁRIO tendo este episódio despoletado 3 demissões no PPD/PSD da Assembleia Municipal, nomeadamente as de Luís Drumond, Domingos Andrade (atuais deputados independentes) e da Sílvia Abreu (renunciou), tendo a votação contado com os (4) votos contra dos demissionários do PSD e do deputado do PTP Marco das Almas. Passado o “**TERRORISMO POLÍTICO**”, com confrontos verbais, ameaças, pressões, entrevistas de uma só auscultação, jantares confraternização, **O CAMINHO FICOU LIVRE PARA A CONCRETIZAÇÃO SEM OBSTÁCULOS** (virtuais) DA NOVA SEDE DA ACIN, para mais, com os OBJETIVOS POLÍTICOS PLENOS, para ALÉM DE FRAGILIZAR O “INCÓMODO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Luís Drumond, este ATÉ DEMITIU-SE E ABANDONOU O PSD DA RIBEIRA BRAVA” (fantástico!) Não obstante, os deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, fortemente visados neste processo, obtiveram a tranquilidade moral no dia 22



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de março de 2016, com a inauguração da sede da ACIN com a pompa e circunstância, mas também com a comprovação dos factos constatados nos documentos oficiais que passamos a citar: a) **A ACIN, só entregou o PROJETO DE ALTERAÇÕES DA NOVA SEDE EM CONFORMIDADE COM O NOVO PDM de Ribeira Brava (5 meses após aprovação do PDM), só em janeiro de 2016 (ata nº 2/2016*), estando ainda a Câmara Municipal a colher pareceres em fevereiro de 2016 (ata nº3/2016*), para sua posterior aprovação em reunião de CM, ou seja quase inaugurado, mas ainda com licenciamento de construção a decorrer e por responsabilidades do promotor e da Câmara Municipal (anexos com estratos das atas da CM nº2/2016 e nº3/2016); b) **O Governo Regional da Madeira, só na véspera da inauguração da nova sede da ACIN, a 21 de março, publicou no JORAM a Resolução nº 112/2016 (Joram nº 51 série I*) deliberando ser este um Projeto Estruturante Regional (PER)**, o qual é a 1ª condição para que o mesmo possa aceder aos apoios comunitários do programa 20-20, havendo ainda a curiosidade da **própria ACIN só ter dado entrada da candidatura a 22 de julho de 2015** (candidatura n.º M1420-03- -0853-FEDER-000005)*, quando já estava em “ebulição” o “verão quente na Ribeira Brava” e se alegava que os visados punham em causa a obtenção de avultados apoios comunitários. Afinal não foram os deputados dissidentes (Luís Drumond e Domingos Andrade) a impedir ou atrasar a obtenção de apoios comunitários, decorrendo atempadamente e normalmente essa candidatura sob responsabilidade do empreendedor e do Governo Regional. C) Por fim, não pondo em causa o mérito do empreendimento e a justiça dos incentivos, realço que todo este processo, apesar de à data ainda não licenciado em conformidade, mesmo com o PDM de Ribeira Brava, por tais delineado e aprovado no tempo desejado, teve JÁ OS PRÉMIOS DE DESEMPENHO: i) DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA BRAVA ATRAVÉS DA ISENÇÃO DE TAXAS NO MONTANTE DE 29.199,53€ (concedido antes de Abril de 2015, apesar do Regulamento do RIM só ter sido aprovado em Dezembro de 2015 ?!)*; ii) DO GOVERNO REGIONAL, lançando com base nesta empresa, envolvendo estímulos e isenções fiscais, a estratégia de desenvolvimento da Ribeira Brava – BRAVA VALLEY. Para nós, Luís Drumond e Domingos Andrade, deputados (agora) independentes na Assembleia Municipal de Ribeira Brava, 22 de março de 2016, data em que pela 1ª vez um 1º ministro de Portugal concedeu a honra de inaugurar um relevante investimento privado no concelho de Ribeira Brava – a nova sede da ACIN; será para nós memorável, pois tiramos de cima de nós o “peso de sermos os responsáveis políticos por impedir o mais emblemático investimento privado realizado na história deste jovem concelho de Ribeira Brava – o novo edifício sede da ACIN”. A nova sede da ACIN, é de facto e justamente um projeto empreendedor merecedor dos maiores elogios e destaques, mesmo à escala nacional, pois traduz várias valias, das quais destacamos: a) Ser um investimento muito significativo, de empreendedorismo, inovação, internacionalização e promoção de emprego (méritos dos empresários); b) Ser um projeto de arquitetura (de mérito também ribeirabravense – Bravaplan) singular, que deixa uma marca de distinção na vila de Ribeira Brava, a qual seguramente ultrapassará as fronteiras da RA Madeira, e até mesmo,**



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

as nacionais (sugerimos a candidatura a prémios de arquitetura); c) Ser a concretização de uma significativa mais-valia arquitetónica e empresarial para o presente/futuro concretizada num espaço/edifício abandonado que ao longo de anos constituiu uma mancha urbanística na vila de Ribeira Brava e que agora será uma marca de distinção da vila. Porém, já relativamente ao PROCESSO e POSTURAS assumidas pelo líder da ACIN, com a condescendência e promiscuidade de vários protagonistas políticos, utilizando este inquestionável empreendimento de relevância para o concelho de Ribeira Brava, são as RAZÕES DESTE VOTO DE PROTESTO DE UMA ASSEMBLEIA QUE SE SUBMETEU A “SUPERIORES” INTERESSES EXTERNOS PARTICULARES EM DETRIMENTO DO INTERESSE COLETIVO QUE TODOS NOS COMPROMETEMOS ZELAR EM REPRESENTAÇÃO DOS ELEITORES.

Anexos comprovativos(*): Informações CM; Atas nº 2 e 3/2016; JORAM nº 51, serie I.»-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que este voto de protesto demonstra que não foram estes deputados independentes que estiveram a bloquear mas sim estes empresários que pressionaram a câmara. --

---- O deputado Marco Martins do CDS disse o importante é olhar para frente e solicitou ao senhor presidente do município que se pronunciasse sobre esta situação. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que não foi pressionado por ninguém e que a aprovação do PDM é um documento importante para o concelho, que da forma como está é o PDM mais «amiga» do investidor e que andar para trás e para a frente com este tipo de questão não leva a lado nenhum. Disse ainda que um dos objetivos quando foi eleito, foi a aprovação do PDM, que também foi aprovada por todos os vereadores, e se a aprovação do PDM não servisse, não haveria então aprovação unânime da câmara e quase unânime por parte da assembleia.-----

---- O deputado João Gomes do PS esclareceu que não é a primeira vez que vem o Primeiro-Ministro à Madeira, inaugurar uma obra, como foi por exemplo o caso da estação dos CTT em Campanário em 1986. -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que o voto de protesto é referente à pressão que houve para marcar uma reunião extraordinária em Agosto quando já havia reunião ordinária marcada para Setembro, mais do que isto houve pressão pessoal e familiar por parte do dito empresário em diversos momentos, demonstrando um verdadeiro terrorismo político, e por isso questiona se a sessão que aprovou o PDM foi extraordinária ou ordinária. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade respondeu que a sessão foi extraordinária, como é do conhecimento de todos, se aquilo não é pressão então é «pedir pelo amor de Deus».-----

---- O Senhor Vereador Carlos Gonçalves, em defesa da honra, disse que foi a única pessoa que votou contra a primeira revisão do PDM, onde constatou muitas incoerências, que não foi pressionado por ninguém, e a sua votação contra não foi em função da pessoa mas em função do documento. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado Marco Martins do CDS solicitou esclarecimento se o senhor deputado independente Luís Drumond sabe que neste concelho existem terrenos expropriados em dois mil e quatro e as pessoas ainda pagam IMI desses terrenos, ou será que o senhor deputado não se indigna sobre este assunto.-----

----- O deputado independente Luís Drumond respondeu que vem a propósito do que se fala e não tem conhecimento sobre essa situação.-----

---- Colocada a votação, o voto de protesto foi reprovado com os votos do PSD e abstenção do PTP, CDS e do PS.-----

----- Procedeu-se a discussão dos pontos da ordem do dia pelas dezassete horas e quarenta minutos.-----

----- **Ponto um** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo vinte e cinco, número dois alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tem vindo a trabalhar em várias áreas, realçando: a recuperação de vários espaços, como o parque infantil junto ao adro da igreja, o parque infantil da escola do campanário que já está concluído, a melhoria da zona frente mar, jardins e colocação de um pequeno combinado infantil; a limpeza de estradas; a melhoria da imagem das zonas ajardinadas no centro da Tabua. Houve também nestes dias uma visita ao pavilhão gimnodesportivo por parte do LREC e Diretor de Edifícios Públicos, onde neste momento ficou decidido colocar as paredes internas em segurança, e posteriormente, na interrupção letiva, a recuperação das paredes; toda a zona exterior ao pavilhão, à exceção da parte interna está vedada por questões de segurança; estamos a colaborar no apoio em termos de transporte para que os alunos da Escola Padre Manuel Álvares tenham educação física nos espaços existentes até mesmo no centro desportivo, estamos a acompanhar o desenrolar das derrocadas e suas limpezas. Disse ainda que a autarquia continua a colaborar em diversos eventos, tais como: evento solidário organizado pela Associação CAIS, que se realiza neste fim de semana, a Rampa da Ribeira Brava que se realizou nas zonas altas do Campanário e Ribeira Brava em parceria com o CD Nacional, a parceria com associação desportiva do Campanário na realização da prova downhill; a preparação das festividades do concelho, nomeadamente a feira de doces e petiscos, o 1º de maio, o dia do concelho, seis de maio, o sete de maio que se realizará um concerto, o oito de maio com o encontro de bandas.-

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS/PP pediu esclarecimento referindo que «verificamos que foi extinto o lugar de estacionamento destinado a PSP ao lado do Santander. Qual a razão para a extinção deste lugar?» e pede também esclarecimento sobre: “Em relação aos produtos fitofármacos, que há foi aqui amplamente debatidos, foi-me dito na altura que os funcionários iam tirar licença de aplicadores dos produtos, foi-me dito que estavam a ser feitas as fardas aos respetivos indetificadores dos funcionários que exercem esta função e



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

continuíamos a verificar a aplicação de produtos junto a linhas de água. Quería saber em que ponto está esta situação?» -----

----- O senhor presidente do Município respondeu que relativamente ao primeiro ponto que a polícia tem autorização para estacionar em qualquer sítio, no entanto vamos contemplar uma zona entre as motos e as passadeiras, e em relação aos produtos fitofármacos deu a palavra ao vice-presidente para prestar esclarecimento.-----

-----O vice presidente Marcelino Pereira esclareceu que «em relação aos produtos fitofármacos, neste momento todos os funcionários da Câmara que aplicam os produtos têm credencial. Com a nova lei todos foram inscritos e têm credencial até trinta e um de dezembro para aplicar os produtos. Até essa data têm que fazer formação, estamos a espera que o Governo promova formação, em princípio não vamos ter custo nenhum. Em relação às linhas de água todos os funcionários estão habilitados a aplicar os produtos junto às linhas de água».-

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS em reformulação do pedido de esclarecimento referiu que a lei é clara, só se deverá aplicar os produtos fitofármacos com a distância de cem metros das linhas de água.-----

-----O vice presidente Marcelino Pereira esclareceu que com alguns critérios, as pessoas habilitadas podem aplicar os herbicidas.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se o poço da velha e o poço grande na Serra de Água vão ficar sem vedação.-----

---- O presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água esclareceu que neste momento os poços não têm vedação, e que o poço mencionado situa-se num lugar de difícil acesso e quem lá vai tem mobilidade e não corre perigo, e informou ainda que a vedação vai ser colocada.-----

-----O deputado independente Luís Drumond questionou o seguinte: para quando as obras do calhau da lapa, já que estamos a dois meses da festa de São João; qual o ponto de situação em relação à proteção na entrada da escola do primeiro e segundo ciclo com o objetivo de proteger as pessoas da chuva; se está perspectivado a reutilização de baloiço retirado do parque infantil da Ribeira Brava, que está no estaleiro, e que se ninguém o quiser a Associação desportiva do campanário aceita-o; e relativamente ao evento da Rampa da Ribeira Brava, questiona o porquê de ser dado destaque ao CD Ribeira Brava.-----

-----O senhor presidente da Câmara esclareceu que à semelhança da escola do primeiro e segundo ciclo do Campanário, a escola da Candelária também solicitou zona abrigada, e que está a aguardar orçamento; em



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

relação ao combinado do parque infantil deverá ser recuperado e reutilizado e que temos duas situações em vista para o colocar.-----

---- O senhor vice presidente Marcelino Pereira esclareceu que em relação à escarpa do calhau da lapa, depois da reunião onde ficou decidido que a câmara assumiria as responsabilidades pelo espaço público e os particulares assumiriam as suas responsabilidades, o governo vai fazer o agendamento e vai ceder os rocheiros e a câmara assume o pagamento do seguro de risco.-----

----O Senhor Vereador Rui Gouveia disse que é com muito orgulho que o Clube desportivo da Ribeira Brava se associa a este evento, o destaque que é dado é muito simples, o clube desportivo da Ribeira Brava sempre foi a organização do concelho que organiza Ralis. Houve um contacto por parte do Clube Desportivo Nacional para a organização de uma rampa. Na altura falei com o Sr.º Ornelas que demonstrou disponibilidade para se associar a organização do Rali, e por dificuldades financeiras optamos por pedir à Câmara Municipal para organizar uma rampa no município da Ribeira Brava. Pergunto, o que dizer do apoio dado pela Associação desportiva do Campanário a três equipas de Rali do concelho, quanto é que isso custa a Associação desportiva do Campanário.-

-----O deputado Independente Luís Drumond referiu que o saldo é positivo.-----

----O deputado independente Domingos Andrade, pediu o esclarecimento prometido pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião anterior sobre a classificação no PDM da zona onde se situa o desaterro do Lugar da Serra e que curiosamente no dia seguinte dessa reunião o proprietário confirmou-lhe que o mesmo está licenciado aliás, como o vice-presidente tinha afirmado. Questionou ainda, se a Câmara já pensou ou tem alguma caução ou outra coisa na manga, para fazer face a futura reparação da estrada de acesso ao dito desaterro, sabendo por exemplo, como o Campanário anseia e desespera pela recuperação da Estrada Regional. Referiu que Viu que divulgaram uma intervenção na regularização das águas pluviais em toda a extensão da estrada do Lugar da Serra!!!? Então perguntou, onde residem pessoas ou seja, no centro do Lugar da Serra não é necessária intervenção para regularização dessas mesmas águas? Que já solicitou no ano passado a Câmara Municipal! Também, diz, que reparou na inauguração da paragem de autocarros no sítio dos Terreiros, e fez uma pergunta: começaram de cima para baixo? A próxima é a do Lugar da Serra? Qual o ponto da situação? Referiu ainda : "Quero também lamentar, pensando até que se trata de um problema informático constante, relativamente aos eventos realizados no Campanário, nomeadamente nas zonas altas, ou seja acima da cota quinhentos, como por exemplo: Festa da Castanha e Downhill, o que me leva a perguntar o seguinte: Será que o site também é: Ribeira Brava SEMPRE? No entanto, quero aqui congratular com o sucesso que foi a inauguração da pista Downhill do Lugar da Serra, com a realização do primeiro evento Downhill Campanário quinhentos anos e simultaneamente realização da segunda prova da taça regional de Downhill1 e naturalmente, agradecer a todas

20

Ata Nº 17 de 21 de abril de 2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Ribeira Brava



as instituições envolvidas, principalmente as associações que foram capazes de levar este evento para o terreno e com algumas perspetivas futuras. Por último, quero Interpelar a mesa, no sentido de solicitar a atualização das atas da AM, no site do Município, visto que a última que consta é a ata número onze, datada de dezoito de junho de dois mil e quinze e curiosamente, ou talvez não, desde essa altura à atualização deixou de ser feita!"--

----O deputado independente Luís Drumond interpelou a mesa pedindo interrupção de trinta minutos-----

----Os trabalhos foram suspensos por trinta minutos, para ser realizado um intervalo. -----

---- Verificada a existência de quórum, a sessão foi retomada.-----

---- O Senhor Presidente do Município esclareceu que a zona onde foi licenciado o desaterro está numa zona agrícola, em relação a recuperação da estrada a situação não é prioritária, em relação aos eventos, os mesmos foram publicados no site e em relação à paragem de autocarros das zonas altas da Ribeira Brava estamos a abrir concurso para várias paragens.-----

---- O Deputado José Ornelas do PSD esclareceu que o Clube Desportivo Ribeira Brava perdeu o alvará e neste momento para que fosse possível organizar as provas, houve necessidade de recorrer a um clube que tivesse alvará.-----

----O deputado Ilídio Almada do CDS questionou a autarquia sobre o porquê do pedido de um auditor externo para verificar as contas da câmara.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o auditor tem a ver com a lei das finanças e que as contas têm que ser auditadas para serem enviadas para o tribunal de contas.-----

---- **Ponto dois** - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Entrega, Remoção e Recolha de Veículos na via pública ou estacionamento indevido e abusivamente no Concelho da RB, ao abrigo do artigo vinte e cinco, número um, alínea g) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

--- O deputado José Armindo Pestana do PSD, ausentou-se da sala.-----

---- O Senhor Presidente do Município passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, uma vez que se trata de um assunto do seu pelouro.-----

---- O Senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira disse que há uns anos atrás havia dificuldade na remoção dos veículos, por causa de processos administrativos, sendo os mesmos removidos com a ajuda da PSP. Houve a necessidade de criar este regulamento de forma a dar mais cobertura legal na recolha dos veículos, foi efetuada a proposta em reunião de câmara, esteve em discussão pública, com apenas uma proposta apresentada pelo vereador Carlos Gonçalves, bem como foi solicitado parecer à PSP que também colaborou com algumas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

sugestões, a título informal, sendo que uma das sugestões foi transcrever tal e qual, as alíneas como consta no regulamento de estradas. Disse também que este regulamento teve por base regulamentos já existentes em outras câmaras e que já estão em vigor. Após a discussão pública, o regulamento foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara e agora é necessário a aprovação da Assembleia Municipal de forma que o processo de remoção das viaturas possa ser posta em prática e de forma mais célere. -----

----- O deputado independente Luís Drumond referiu o artigo oito, número dois, onde menciona quem pode fazer a denúncia de veículos abandonados, questiona se os cidadãos podem também denunciar, e caso não seja possível, se é possível adicionar os 'cidadãos' a este ponto. -----

----- O Senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira respondeu que conforme o artigo oito, número um: «O procedimento de remoção pode ter lugar desde que chegue ao conhecimento da câmara municipal, por qualquer meio formal ou informal, a existência de um causa conducente à remoção de veículo», o que pressupõe que cidadãos também podem denunciar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- O deputado José Armindo Pestana do PSD e o deputado Libardo Pereira do PS (Faltou a Sessão) não votaram por não se encontrarem presentes na sala.-----

---- **Ponto três** - Discussão e votação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal - 2016, em conformidade com o disposto no artigo vinte e cinco, um, alínea o) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que a câmara nos últimos meses perdeu cinco funcionários, sendo dois por aposentação e três por falecimento, tem havido falhas a nível do atendimento, devido também à falta de assistentes técnicos, e que a proposta de alteração do mapa de pessoal é para abertura de três vagas de assistente técnico e quatro vagas de assistentes ocupacionais. -----

----- O deputado independente Luís Drumond questionou se as vagas de assistente técnico são aquelas que são mencionadas como lacuna e quais os níveis de escolaridade necessários para esta função.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que estas vagas pressupõem habilitações mínimas a nível do décimo segundo ano ou equivalente e que o assistente técnico é o denominado administrativo.-----

---- O deputado independente Luís Drumond solicitou esclarecimento dizendo que estrategicamente se a lacuna é pessoal com qualificação superior, porque não é tido em conta esta situação e se não seria uma oportunidade de colocar num patamar acima e assim colmatar esta lacuna, dando por exemplo a adjudicação de um serviço a uma entidade externa porque se os serviços camarários não têm capacidade de responder.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que essa questão do pessoal com mais qualificação já está contemplada com a questão de três técnicos superiores, já foi aprovado no mapa de pessoal anterior. Disse



Assembleia Municipal de Ribeira Brava



aínda que atualmente o atendimento é uma prioridade, dado que agora apenas existem três funcionários, e que para esta função considera ser necessário um mínimo de habilitações equivalente ao décimo segundo ano. -----

-----O deputado José Ornelas do PSD questionou se vagas serão através de concurso externo ou se será promoção de funcionários que já trabalham na câmara. -----

-----O Senhor Presidente do Município respondeu que haverá concurso externo, em que os funcionários internos poderão se candidatar.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou quais as áreas necessárias para a função dos técnicos superiores.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que são as áreas administrativas, social e de gestão.-----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS reformulou a questão de o porquê de aplicar um técnico superior na área administrativa.-----

----- O Senhor Presidente do Município esclareceu que a área administrativa tem a ver com a necessidade de analisar leis e de dar apoio ao jurista da câmara. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP perguntou se os candidatos vão fazer algum tipo de prova, onde será feita, e se é necessário autorização do ministério das finanças.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que é por concurso e existem provas a prestar perante um júri e que não está dependente do Ministério das Finanças.-----

----- O deputado independente Domingos Andrade disse que uma das bandeiras da candidatura do executivo é reforçar a imagem do atendimento da câmara, e questionou se não seria melhor aproveitar esta situação para recrutar pessoas com mais habilitações.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que o recrutamento de pessoas com mais habilitações requer também mais custos e que existe um limite máximo de contratação que é definido conforme o cumprimento da lei do equilíbrio financeiro e estas pessoas que farão trabalho administrativo terão sempre o apoio dos atuais técnicos superiores. -----

----- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo porque não aproveitar esta oportunidade para contratar pessoas mais dotadas até porque nos relatórios da câmara, é tida como uma das câmaras com mais baixo nível de qualificação. Questionou se vai haver chefias, quem serão essas chefias e se haverá também concurso externo e propôs a reconversão de vagas, para três vagas das sete apresentadas terem pelo menos mais qualificação. -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD questionou o executivo se a contratação de algum funcionário para a CPCJ está englobada nesta contratação e quais as funções para os quatro operacionais. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O Senhor Presidente do Município disse que essa situação está contemplada e referente aos quatro operacionais será para reforçar a equipa de limpeza, atendendo a que atualmente estão dois de baixa. -----

----- O deputado independente Luís Drumond apresentou uma proposta de alteração, ao abrigo da alínea três do artigo segundo do regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava: «Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas b), h) e k) do número segundo e na alínea s) do número um, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em novas propostas, as recomendações ou sugestões feitas em assembleia municipal.» A proposta apresentada pelo deputado, apresenta o seguinte conteúdo: «Propomos alteração ao mapa de pessoal apresentado pela câmara municipal no sentido da qualificação mínima pela admissão a concurso para três das sete novas vagas apresentadas, ter licenciatura.» -----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que considera que a proposta do executivo para além de ter em conta a lei do equilíbrio financeiro, acaba por ser mais realista face às necessidades atuais.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS disse que a proposta do deputado independente é pertinente e questiona se a câmara tem cabimento orçamental para contratar mais três licenciados e se a câmara necessita efetivamente de mais três técnicos para o atendimento.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que a câmara só pode contratar se estiver a cumprir com os parâmetros definidos pela lei, atualmente e tendo em conta as receitas de dois mil e quinze existe uma margem de aproximadamente noventa mil euros, que se prevê que aumente em dois mil e dezasseis, e que obviamente um técnico superior está mais bem preparado no entanto gera mais custos, atualmente tem um custo de vinte e um mil euros para a câmara face ao assistente técnico que tem um custo aproximado de catorze mil euros anuais. -----

----- O deputado Luís Pestana do CDS reformulou a questão se a câmara precisa de mais três licenciados ou se para o atendimento ao público é suficiente ter habilitações ao nível do secundário.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que considera que para o atendimento ao público é suficiente o nível secundário e alertou que mesmo que o mapa de pessoal seja aprovado, se no momento de abrir concurso não houver disponibilidade financeira, não será possível contratar as pessoas propostas no mapa de pessoal.---

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que se for alterado as vagas para um mínimo de um curso superior exigido, faz com que as pessoas com menos qualificações não se possam candidatar, mas o contrário não é impeditivo.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- O deputado Telmo Freitas do CDS questionou se a câmara já tem a certeza de qual o valor para a verba disponível.-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que o orçamento de dois mil e dezasseis foi feito, a cumprir a regra do equilíbrio orçamental e que uma coisa é o orçamento, outra coisa é quando está a ser executado, e que será necessário no momento da contratação, verificar o cumprimento da lei. -----

----- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que a sua proposta é coerente e vai de encontro ao que é dito na página seis do relatório semestral do saneamento financeiro: «Interessa também relevar na apreciação da aplicação desta medida que os quadros técnicos do município, não incluem funcionários suficientes com habilitações ao nível do ensino superior, fator este que condiciona a elaboração interna das tarefas de maior rigor técnico». O facto de colocar a fasquia mais baixa faz com que qualquer pessoa possa concorrer e inclusive o licenciado, representado assim menos custos, no entanto não vai de encontro às atuais lacunas.-----

----- Colocada a votação, a proposta de alteração ao mapa de pessoal apresentada pelo deputado independente Luís Drumond, foi reprovada registando os votos contra do PSD e CDS e a abstenção de um elemento do PSD, PS e do PTP.-----

---- O deputado José Armindo Pestana do PSD e o deputado Libardo Pereira do PS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

----- Colocada a votação a proposta de alteração ao mapa de pessoal 2016 apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria, registando os votos contra dos dois deputados independentes.-----

---- O deputado José Armindo Pestana do PSD e do deputado Libardo Pereira do PS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS, em declaração de voto, justificou o voto favorável tendo em conta os esclarecimentos dados pelo executivo, em que justificou que é suficiente a função de assistente técnico para as vagas a ocupar a nível do atendimento, e em relação a página seis do relatório, e conforme anterior mapa de pessoal já aprovado, já existem três técnicos superiores e espero que façam face às lacunas. -----

----- **Ponto quatro** - Apreciação do Relatório de Saneamento Financeiro Municipal – 2º semestre de 2015, nos termos do disposto no artigo 86.º da Lei 73/2013, 3 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 7 do artigo 40.º da Lei 2/2007, 15 janeiro.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Senhor Presidente do Município referiu que no âmbito da redução em vigor, estamos a apresentar o relatório do segundo semestre, relativamente às medidas de saneamento financeiro realizado em dois mil e oito, o relatório refere algumas dificuldades, no entanto temos cumprido com os limites definidos no plano de saneamento aprovado. O município reduziu o endividamento em quase três milhões, passando de 10.502.339€ para 7.696.770€, reduziu os prazos médios para 120 dias, e que terminamos o ano sem pagamentos a mais de 90 dias. Estamos a cumprir o plano de saneamento aprovado e submetido ao tribunal de contas.-----

-----O deputado independente Luís Drumond pediu esclarecimento sobre em que ponto está a renegociação da Ponta oeste; pergunta também se a câmara sabe do seu património e o valor que ele tem e se tem havido algum trabalho nesse sentido; referiu que a Câmara ainda não atingiu, devido a dificuldades de recursos humanos a imputação de custos por tarefa, qual o ponto de situação.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que relativamente ao edifício da Ponta Oeste, o contrato é um sistema de Leasing e que foi sempre visto pela câmara como um arrendamento, estamos a pagar o edifício e no fim o edifício transita para a câmara. Os valores a pagar durante 30 anos devem fazer parte da dívida da Câmara a terceiros. Perante esta situação negociamos com a Ponta Oeste uma renda ou aquisição do edifício e pagar de forma programada. Ficamos assim com alguma liberdade financeira para não termos que recorrer ao fundo de apoio municipal (FAM). Sei que a Ponta Oeste está a fazer uma avaliação ao edifício para nos fazer uma proposta de venda do edifício. O orçamento que foi aprovado este ano tem as duas situações em aberto, a situação da locação financeira e a situação da compra do edifício. Disse ainda que relativamente ao pessoal estamos a contemplar na área dos serviços administrativos e na área financeira dois técnicos superiores.-----

-----O deputado Luís Alberto do CDS questionou sobre os valores das participações feitas por todas as entidades para o pagamento daquele edifício.-----

-----O Senhor Presidente do Município referiu que sobre a forma de financiamento da Ponta Oeste desconhece se foi com fundos comunitários, pensa que a Ponta Oeste foi à banca e pediu empréstimo.-----

----- **Ponto cinco** - Discussão e votação da Prestação de Contas referente a 2015, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea l) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Município referiu que a prestação de contas de dois mil e quinze foi aprovada em reunião de câmara com os votos a favor do PSD, abstenção do CDS e o voto contra do PS e que foi um ano diferente e difícil, a nível de dívida, relativamente ao ano anterior, onde a dívida reduziu em aproximadamente três milhões euros, estritamente com receitas geradas no município e com nenhum pagamento por parte do Governo e também foi possível terminar o ano de 2015 com pagamento a fornecedores a menos de noventa dias. Existem pagamentos antigos com prazo superiores a noventa dias mas estão devidamente protocolados.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

A nível da despesa, houve um aumento de despesa com pessoal no valor de cem mil euros fruto de disposições legais, um aumento de trezentos mil euros com bens e serviços, maioritariamente fruto de obras por administração direta e redução de despesa de capital no valor de um milhão e seiscentos mil euros, embora uma grande despesa capital de dois mil e catorze foi para pagar obras anteriores, bem como uma redução de investimento de capital, não a nível de bens mas a nível de valores, dado que houve pagamento a fornecedores com verbas pagas pelo Governo. Acrescentou que a nível da execução, houve uma execução de cerca de oitenta e cinco por cento do orçamento, houve um aumento de receita de aproximadamente duzentos e cinquenta mil euros, redução de receita corrente frutos de contratos de programa e fundos comunitários em cerca de duzentos mil euros. Disse também que embora tenha sido um ano difícil houve dinamização direta ou indiretamente no município, com o apoio na educação, às associações com duzentos mil euros e cento e cinquenta mil euros aos bombeiros, às juntas de freguesia, a nível social apoiamos atividades de cariz social, lançamos alguns projetos e foram realizadas obras por administração direta. Apesar das dificuldades, foi um ano positivo, sempre com a vontade de fazer mais e melhor, e que só não é possível fazer quando não há disponibilidade financeira. Aproveitou também para deixar uma palavra de apreço aos funcionários da câmara e às juntas de freguesia. -----

---- Colocada a votação, a prestação de contas foi aprovada por maioria, com os votos contra do PS e abstenções do CDS, PTP e dos dois deputados independentes. -----

----O deputado José Armindo Pestana do PSD e o deputado Libardo Pereira do PS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

---- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que o município tem-se limitado a pagar dívida, e tem-se esquecido do investimento e desenvolvimento do concelho. -----

---- **Ponto seis** - Discussão e votação da Informação Financeira – Resultados Líquidos do Exercício de 2015.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta é uma medida no âmbito do POCAU. A Câmara acabou o ano com o resultado líquido negativo no montante de quatro centos e vinte mil, duzentos e vinte euros e quarenta e cinco cêntimos e a situação é para que seja colocada na próxima conta cinquenta e nove da contabilidade, de acordo com a norma do POCAU.-----

----Colocada a votação a «Discussão e votação da Informação Financeira- Resultados Líquidos do Exercício de 2015.», foi aprovada por maioria com o voto de abstenção do PTP.-----

---- O deputado José Armindo Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS e o deputado Telmo Freitas do CDS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- **Ponto sete** - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento – Despesa e Receita, em conformidade do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- **Ponto oito** - Discussão e votação da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, em conformidade do disposto no artigo 25.º, n.º1, alínea a) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs a discussão dos **pontos sete e oito** em conjunto e votação em separado, pelo que a assembleia aceitou a sugestão. -----

----- O Senhor Presidente do Município informou que a revisão orçamental decorre de várias situações, nomeadamente: o ano de dois mil e quinze acabou com saldo de tesouraria de quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa euros, que deverá ser colocado no orçamento de dois mil e dezasseis. A nível da receita, é necessário incluir a venda da quota da Câmara à Sociedade Ponta Oeste. Dado que o orçamento de Estado já está aprovado, é necessário rever as rubricas afetas às receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente e capital, pois já se conhecem os valores para cada uma delas, nomeadamente num reforço de aproximadamente cinquenta e três mil e cinquenta e nove euros no corrente e de cinco mil, oito centos e noventa e seis euros no capital. Por outro lado, ao nível da participação do IRS houve uma redução de dois mil, trezentos e catorze euros. A revisão orçamental contempla também um reforço no âmbito de três candidaturas realizadas no âmbito da lei de meios, no valor de quatro centos e dez mil, quatro centos e quarenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos, de quinze mil oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos, e de cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e um euro e sessenta e nove cêntimos. Esta última encontra-se em fase de aprovação por parte do Governo Regional. -----

----- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou se a vereda da Pinheira e a vereda da Fonte Salgada, estão contempladas nessa despesa-receita. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que as veredas que estão contempladas constam no plano plurianual, nomeadamente a vereda da Vara, Eira Mourão e do Espigão e que estão a aguardar a confirmação por parte do Governo. -----

----- O deputado independente Luís Drumond questionou sobre a Vereda do Pomar da Rocha, também afetada pelo vinte de fevereiro, se está contemplada, qual a opção para esta vereda e em relação ao calhau da Lapa, se houve algum novo desenvolvimento. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que estas veredas são também importantes, tal como a mencionada, e que será tida em conta assim que seja possível fazer uma nova candidatura. Disse também que em relação ao Calhau da Lapa, a vereda do Paço será recuperada, no entanto a vereda que vai desde a Vigia para o Calhau, apenas será recuperada caso haja disponibilidade por parte da Lei de Meios.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava



- O deputado Marco Almas do PTP questionou em que ponto estão as transferências da Lei de Meios e se o Governo tem cumprido com as transferências conforme o plano plurianual de investimentos.-----
- O Senhor Presidente do Município respondeu que no âmbito dos contratos com o Governo não existe nada em atraso.-----
- Colocada a votação, a revisão do Orçamento – Despesa- Receita, foi aprovada por maioria, registando a abstenção do PTP.-----
- O deputado José Armindo Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS e o deputado Telmo Freitas do CDS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----
- Colocada à votação, a da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, foi aprovada por unanimidade.-----
- O deputado José Armindo Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS e o deputado Telmo Freitas do CDS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----
- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou o voto favorável por considerar que a maior parte das obras e a recuperação das veredas, representa o verdadeiro início da aposta no turismo rural no nosso concelho.-----
- **Ponto nove** - Discussão e votação do Plano de Barracas para o arraial de São Pedro – 2016.-----
- O deputado João Gomes do PS pediu esclarecimento sobre as condições a nível sonoro.-----
- O Senhor Vereador Rui Gouveia respondeu que cada feirante quer colocar a sua própria música para demarcar o seu estilo musical contratando o seu próprio DJ.-----
- O deputado João Gomes do PS reformulou o pedido de esclarecimento perguntando se a câmara não pode definir um limite a nível sonoro com o objetivo de evitar a poluição sonora.-----
- O Senhor Vereador Rui Gouveia referiu que no momento da rematação das barracas recomenda bom senso na colocação do som. -----
- Colocada a votação, o plano de Barracas para o arraial de São Pedro – 2016, foi aprovado por unanimidade.-
- O deputado José Armindo Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS, a deputada Graça Freitas do PS e o deputado Telmo Freitas do CDS, não votaram por não estarem presentes na sala.-----
- **Ponto dez** - Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Parque de Campismo na Ribeira Brava”.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O deputado Marco Martins do CDS disse que na Madeira apenas existem dois parques de campismo e na zona Sul não existe. Considera que é uma infraestrutura que vem beneficiar o concelho em termos de atração turística, sendo uma recomendação a ter em conta para o orçamento para 2017.-----

----- O deputado Fábio Santos do PS questiona onde será a localização do parque.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que fica ao critério da autarquia juntamente com Junta de Freguesia da Ribeira Brava, atendendo ao PDM e tendo em conta onde será as melhores condições.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD interveio dizendo que a proposta apresentada parece uma proposta de campanha, onde é apresentado uma sugestão para a localização e que limitar o parque à freguesia da Ribeira Brava é «limitado». Sugeriu que poderão apresentar a proposta mas com uma localização e não passar essa responsabilidade para a autarquia. -----

----- O deputado João Gomes do PS questionou o seguinte: conforme o artigo 25º até ao 28º do Diário da República, o parque do campismo é definido pelo número de estrelas, de quantas estrelas será este parque, se o preço está adequado ao mercado atual, se será um parque de campismo de mar ou de serra e porque não estender esta proposta a outros sítios no concelho.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que o turismo rural já existe, que esta proposta é para ir de encontro à parte sul da ilha, numa vertente de praia, e que foi mencionado a freguesia da Ribeira Brava como localização devido aos serviços disponíveis na mesma, como por exemplo os bombeiros, supermercados... Acrescentou que o facto de apresentar antecipadamente a proposta, é para dar tempo a autarquia se preparar e que considera a título pessoal, que o melhor local seria entre o centro de saúde e a saída da via rápida, no entanto os autarcas eleitos deverão estudar o melhor local. -----

----- O deputado João Gomes do PS solicitou esclarecimentos sobre os preços, se foram estudados face à realidade local e de quantas estrelas será o parque.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que dependerá do investimento disponível para este projeto e relativamente aos preços está em linha com o que é praticado. -----

----- O deputado Marco Almas do PTP, fez as seguintes questões: se o CDS tem o estudo do impacto económico que este investimento terá no concelho, se tiveram em conta o que foi aprovado na assembleia sobre o alojamento local, com que base é que mencionam que os quartos serão sustentáveis, quem vai explorar o parque, se a câmara ou o privado, e o porquê de limitar a localização deste parque a apenas uma zona do concelho. -----

----- O deputado Marco Martins do CDS esclareceu que temos o exemplo do concelho do Porto Moniz e Porto Santo, que tem alojamento local e parque de campismo e que o turismo principalmente do Norte da Europa



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

está muito habituado à prática do campismo, desde que o parque tenha condições. Acrescentou que é uma ideia de agora, apenas para ser aplicada no orçamento do próximo ano, havendo tempo suficiente para analisar e se preparar qualquer tipo de situação e ainda que a responsabilidade da exploração é da autarquia.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi reprovada, com os votos contra do PSD e a abstenção do PS e do PTP.--

----- O deputado José Armino Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS, a deputada Graça Freitas do PS, o deputado Telmo Freitas do CDS, e o Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

----- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que esta proposta é um instrumento para canalizar outro tipo de turismo para o concelho e que irá reformular esta mesma proposta para ser apresentada novamente na próxima assembleia.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que a proposta do parque é boa mas tem de ser contemplada a sua localização.-----

----- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, justificou que tem havido muita oferta ao longo de toda a ilha, e considera que esta proposta deveria ser aplicada a caravanas, caso tivéssemos a ligação marítima entre a Madeira e Portugal Continental. -----

----- **Ponto onze** - Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Publicitação todos os contratos celebrados na sequência de ajuste direto”.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS referiu que a proposta de recomendação vai no sentido de informar todos os contratos de ajuste direto no site do município para consulta de toda a população, uma vez que muitos municípios questionam sobre as obras que têm sido realizadas. -----

---- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que esta situação já é efetuada e publicada pela Câmara, solicitando que o executivo camarário se pronunciasse sobre esta situação.-----

----- O Senhor Presidente do Município disse que todos os contratos de ajuste direto são publicados na Base Off e que até antes da sua publicação, não é possível efetuar qualquer pagamento de serviço. Disse que é uma prática e uma obrigatoriedade da lei, não só os contratos de ajuste direto, como os concursos públicos e que considera que esta proposta no site é uma duplicação de trabalho. -----

----- Colocada a votação, a proposta de recomendação foi reprovada registando os votos contra do PSD e a abstenção do PS.-----

--- O deputado José Armino Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS, a deputada Graça Freitas do



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

PS, o deputado Telmo Freitas do CDS e o Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

---- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que esta proposta não seria necessária se houvesse bom senso por parte da câmara em publicar os ajustes nos seus meios de comunicação, como o site e facebook.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que esta proposta seria de bom tom publicar no site da câmara, não servindo o site apenas para publicar obras e eventos.-----

---- **Ponto doze** - Proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava intitulada “Contratação de um assistente administrativo para desempenhar funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

----A Deputada Adelina Rodrigues do CDS apresentou a proposta referindo que “Na reunião da CPCJ do passado dia dezassete de março, foram dadas a conhecer as dificuldades inerentes a constante falta de apoio, de forma ininterrupta e em regime de permanência, de um funcionário administrativo, tendo em conta o considerável aumento do número de casos, bem com o nível de gravidade dos mesmos.» Tendo como base a Lei 142/015 de 8 de setembro, que regula a Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, no nº1 do Artigo 14º refere que “o apoio ao funcionamento das comissões de proteção, designadamente, nas vertentes logística, financeira e administrativa, é assegurado pelo município, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços e organismos de Estado representados na Comissão Nacional”. Também no nº 4 do mesmo Artigo é referido que, “o apoio administrativo consiste na cedência de funcionário administrativo, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional”. Assim sendo, o CDS/PP Ribeira Brava, e face aos factos apresentados pela CPCJ, considera ser uma lacuna que carece ser colmatada com alguma celeridade, tendo em conta o seu teor de cariz social.»-----

---- O deputado Marco Almas do PTP interveio dizendo que «a proposta deveria ser apresentada, como representante da assembleia da comissão de proteção de menores e não a representante do CDS.-----

---- Colocada a votação, esta proposta de recomendação foi aprovada por unanimidade.-----

-- O deputado José Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS, a deputada Graça Freitas do PS, o deputado Telmo Freitas do CDS e o Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

---- **Ponto treze** - Apresentação, discussão e votação de “Estratégia para o Desenvolvimento das Zonas Altas do Concelho de Ribeira Brava, para mudar a sério, mudar à brava”.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava



Paulo Almeida

---- O deputado independente Luís Drumond apresentou a proposta referindo que o objetivo dos deputados independentes é ser proponente pela positiva, depois de abordarmos uma estratégia para a frente mar, subimos à montanha e trazemos a debate uma estratégia antártica para as zonas altas. No entender dos deputados independentes na Assembleia Municipal de Ribeira Brava é importante lançar um novo ciclo assente na descoberta de novas oportunidades, novos potenciais, propomos algumas ideias arrojadas e mais inovadoras, promover um projeto de conceção, construção, exploração a longo prazo para a criação de um teleférico panorâmico ligando as duas vertentes do vale à Ribeira Brava. A proposta é um conjunto de sugestões para desenvolver as zonas altas da Ribeira Brava. Disse ainda que «o aspeto mais relevante é debater as ideias, que promovam o debate.»-----

----- O deputado Marco Martins do CDS questionou o proponente da proposta sobre «onde andou o senhor deputado nestes últimos vinte anos; que andou a lesar as pessoas que o elegeram, você nunca propôs nada nesta assembleia e agora de um momento para o outro descobriu que afinal tem que honrar quem o elegeu».-

----- O deputado independente, Luís Drumond, não respondeu ao pedido de esclarecimentos do deputado Marco Martins, dizendo apenas que as questões trazidas por aquele deputado não eram dignas de resposta. Interpelou sim a mesa, colocando a seguinte questão: “Na condição de presidente da mesa, quais são as intervenções que o senhor Presidente pode fazer”-----

----- O Senho Presidente da Mesa respondeu, dizendo que “ quando estou na escola sei as que faço, quando estou com adulto parto do princípio que todos são responsáveis pelas suas declarações.”-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD, disse que ao olhar para a proposta existem algumas coisas que deveriam ser feitas, entre elas, talvez a mais necessária, é a questão da reflorestação, a recuperação das veredas que já está a ser concretizada, entre outras, que são coisas que as instituições têm feito com o apoio municipal, mas que no fundo as pessoas querem é saber, se lhe arranjam a vereda ou se lhe ajudam com o acesso do carro ao terreno, por isso no global tem coisas que a câmara municipal já está fazendo. Assim sendo, não concordo com tudo isto. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi reprovada registando os votos contra do PSD e a abstenção do CDS.-----

----- O deputado José Armindo Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS, a deputada Graça Freitas do PS, o deputado Telmo Freitas do CDS e o Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

---- O deputado Marco das Almas do PTP, em declaração de voto disse «que as propostas, demonstram que há muito a fazer, ainda na última assembleia falei num grande problema que poderá surgir caso se encerre a escola do Lugar da Serra, é urgente haver um debate para esta situação, não podemos virar costas às zonas altas ou



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

corremos o risco de desertificação, que melhor inspiração e incentivo que o nosso hino regional, do vale à montanha do mar à serra, temos de olhar para todo o concelho».

----- **Ponto catorze** - Apresentação e discussão do Projeto e Estratégia de Desenvolvimento “Brava Valley” -----

----- O deputado independente Luís Drumond disse que este «projeto foi divulgado com pompa e circunstância pelas mais altas figuras da região e do estado, e apresentado já a proeminentes comitivas de governantes estrangeiras, sendo um projeto estratégico para o desenvolvimento da Ribeira Brava, questiona-se o conhecimento dos seus mais diretos implicados, os munícipes da Ribeira Brava e por consequente, os seus representantes políticos, os deputados municipais, daí a termos proposto este tema para a ordem de trabalhos.

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que existem muitas dúvidas sobre este projeto, e que será necessário explicar a todos o que é realmente este projeto, se será um polo de investimento, se um polo de investigação, onde se vai situar, entre outros aspetos.

----- O Senhor Presidente do Município esclareceu que o projeto Brava Valley é um projeto lançado pelo Governo Regional, a Ribeira Brava por tradição é uma zona de serviços, e que dinamizar o concelho não é só pela planificação dos eventos, e desta forma e aproveitando o fato da zona baixa estar dotada da fibra ótica, a sua localização da ilha, com bons acessos rodoviários e de acessibilidade, foi então questionado e proposto o lançamento deste projeto. Com base neste conjunto de facilidades, o projeto Brava Valley consiste na criação na Ribeira Brava, de um eco sistema de base tecnológica, no qual será acolhido projetos das startups bem como visa a fixação de empresas regionais, nacionais e até internacionais. Referiu também que o Governo está a criar um código fiscal de investimento para esta zona, e que a nível das startups, ainda está a ser analisada em que edifício públicos seriam possíveis a sua implementação, e a nível das grandes empresas, seria a sua implementação no concelho aproveitando a requalificação de imóveis degradados. O concelho não possui muitos espaços públicos disponíveis para esta finalidade, pretende-se dar uma nova dinâmica ao museu, com uma área tecnológica e outra ideia seria apostar na criação destas startups na zona do museu, no edifício da guarda florestal e na antiga escola da sede. Acrescentou ainda que este projeto ainda está numa fase incubadora e que o Governo está a aproveitar a evolução tecnológica criada pela ACIN, que servirá de âncora neste projeto, embora existam ainda muitos pontos que terão de ser estudados e analisados, mas sem duvida que este projeto só trará mais valias.

----- O deputado Fábio Santos do PS questionou se estas startups irão pagar alguma renda ou outro tipo de rendimento à câmara.

----- O deputado independente Luís Drumond disse que no dia da inauguração do edificio da ACIN estava afixado um quadro com uma planta com os espaços que farão parte deste projeto, e que estava mencionado espaços



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

desde o centro de saúde, segurança social, o pavilhão, igreja, o parque de estacionamento entre outros, e questionou a autarquia como é que, sendo este projeto uma estratégia de desenvolvimento para o concelho, ainda não existe muita informação sobre o mesmo. -----

----- O deputado independente Luís Drumond efetuou os seguintes pedidos de esclarecimentos: esta é uma estratégia para a vila da Ribeira Brava ou para o concelho, e porquê? Em que consiste o Brava Valley? Qual o papel da Câmara Municipal de Ribeira Brava neste projeto estratégico? Quais os equipamentos municipais afetos a este projeto estratégico e de que maneira serão utilizados? Outros espaços do concelho não seriam possíveis de integrar, ou serão nesta estratégia? Que regime de incentivos fiscais serão prestados, que requisitos, a quem e quem suporta as vantagens concedidas? Que timing se espera para observar resultados palpáveis e quantificáveis desta estratégia de desenvolvimento, e a que níveis, fatores?» -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que a câmara entra como parceiro neste projeto, a maquete que foi falada disse que tinha o espaço âncora, áreas delineadas a verde e espaços a laranjas. A ideia para os pequenos projetos é ser colocados em espaços públicos que serão alugados e também serão aproveitados os espaços privados dado que os públicos são insuficientes e que a extensão do projeto a outros sítios, não é possível devido à fibra ótica. A nível de incentivos fiscais, um dos incentivos que já é aplicável no concelho é não aplicar a derrama sobre uma empresa no concelho, a nível do regime do IRC esta a ser estudado um projeto a nível do Governo, a nível do regime do IMI é necessário ponderar, e mediante o tipo de compra e o número de criação de postos de trabalho, não será de interesse da autarquia em isentar para de alguma forma captar investimento. Disse também que o município irá apoiar este projeto e as empresas que se instalarem no concelho. -----

----- O deputado independente Luís Drumond reformulou o pedido de esclarecimento, dizendo que sobre esta estratégia como sendo fundamental para o concelho, o nível de conhecimento sobre o mesmo é rudimentar, pelo que é também importante apresentar esta estratégia publicamente, informando toda a população sobre as vantagens e benefícios deste projeto. -----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que parece que há quem não queira perceber e que a ideia deste projeto é apoiar empresas na área da tecnologia no concelho da Ribeira Brava. Acrescentou que o projeto ainda esta numa 'incubadora', e que por detrás desta apresentação ainda está em estudo as condições fiscais da sua implementação, a seu tempo irá ser uma mais-valia para o concelho, dado que irá haver criação de postos de trabalho, o que significa que pelo menos metade destes novos postos de trabalho irão consumir e gastar no nosso concelho. -----

----- O deputado Fábio Santos do PS disse que se o projeto é muito virado para as empresas tecnológicas e questionou como serão apoiadas as restantes empresas, ao nível do IMI ou de outras condições. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O Senhor Presidente do Município disse que a isenção do IMI é feita pela assembleia municipal e a nível do Governo. Existe um projeto que beneficia condições para as empresas que criem postos de trabalho na região, e as que serão implementadas na Ribeira Brava, no âmbito do Brava Valley, terão ainda uma bonificação acrescida. Disse também que tudo o que venha para este concelho e gere novos postos de trabalho, facilita a vida a todos os autarcas, que a câmara apoia este projeto e espera também que o Governo consiga pôr em prática todas as condições necessárias.-----

----- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que não há dúvida que será um projeto que trará mais vida ao concelho, para além dos benefícios já referidos pelo senhor presidente do município. Questionou também se todas as entidades sejam nacionais ou criadas no concelho da Ribeira Brava, para esta mesma finalidade, terão acesso às mesmas condições.-----

----- O Senhor Presidente do Município respondeu que quase de certeza que sim.-----

----- O deputado Luís Pestana do CDS disse que ainda não existem dados concretos e que não faz sentido debater, sobre algo que ainda não está definido, e espera que a câmara apoie e crie condições para que este projeto possa ser desenvolvido. Disse ainda que ficou claro as intenções do projeto e pede que a medida que haja novos desenvolvimentos, seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

----- Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

---- Colocada a votação, a minuta das deliberações, foi aprovada por unanimidade.-----

---O deputado José Armindo Pestana do PSD, o deputado Libardo Pereira do PS, a deputada Graça Freitas do PS, o deputado Telmo Freitas do CDS e o Presidente da Junta de Freguesia do Campanário, João Batista, não votaram por não estarem presentes na sala.-----

----- Foi entregue na mesa da Assembleia, um pedido de agendamento de sessão extraordinária, com o seguinte conteúdo: «Os deputados Municipais abaixo-assinado, ao abrigo da b) do nº1; artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, veem por este meio solicitar o agendamento de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Ribeira Brava para discussão e votação do seguinte ponto da ordem de trabalhos: 1- Apresentação, discussão e votação da proposta de referendo local à localização da nova Escola Básica e Secundária Padre Manuel Alvares, ao abrigo da alínea g) nº 1, artigo 2º do regimento da AMRB e alínea e) do nº 2 do artigo 24º da subsecção I da seção II da lei 75/2013 de 12 de Setembro».-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

O Presidente da Assembleia




(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária



(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

A Segunda Secretária



(Catarina Jesus Silva Almeida)

Ata Nº 17 de 21 de abril de 2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

